



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARRECA FILHO)

Requer informações acerca da transferência de recurso do PNAE para as instituições educacionais previstas no art. 5º, § 5º da Lei nº 11.947/2009 (Lei do PNAE).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à transferência de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para:

a) creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

b) creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nesse sentido, pergunta-se:

1) Houve, nos últimos quatro anos repasses dos valores correspondentes ao seu volume de alunos das escolas referidas no art. 5º, § 5º da Lei nº 11.947/2009?



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

- a) Em caso afirmativo, discriminar, por ano, o número de alunos dessas instituições beneficiários e o volume de recursos repassado.
- b) Em caso negativo, esclarecer qual o fundamento da ausência de repasse, uma vez que o art. 5º, § 5º da Lei do PNAE expressamente prevê que os alunos dessas instituições são beneficiários – sendo inclusive computados para efeito do recebimento de recursos?

2) Qual a ação do MEC diante de eventual não repasse pelos governos subnacionais, que receberam recursos em função de matrículas nas escolas referidas no art. 5º, § 5º da Lei do PNAE e não contemplaram essas instituições em seus repasses?

3 ) Há registro, nos últimos quatro anos, de quantas prefeituras deixaram de repassar esses recursos às instituições referidas no art. 5º, § 5º da Lei do PNAE? Em caso afirmativo, solicitamos os respectivos dados de cada ano.

4) No período em que perdure a situação de calamidade em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), quais os procedimentos de fiscalização para garantir que será efetuado o repasse às instituições referidas no art. 5º, § 5º da Lei do PNAE?

## JUSTIFICAÇÃO

Embora o art. 5º, § 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Lei do PNAE), já incluísse como parte da rede estadual, municipal ou distrital de ensino as creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, bem como





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

aquelas conveniadas com os entes públicos, frequentemente não são realizados os repasses dos valores correspondentes ao seu volume de alunos e, tampouco, o fornecimento de merenda escolar pela prefeitura.

Nem a Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, tampouco a Resolução CD/FNDE nº 1, de 8 de fevereiro de 2017 fazem qualquer distinção ou autorizam a ausência de repasse às instituições previstas no art. 5º, § 5º da Lei do PNAE. Assim, são beneficiárias da merenda escolar:

a) creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

b) creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A questão da merenda torna-se mais dramática para todos os alunos de escolas públicas, filantrópicas ou comunitárias, dada a grave situação de calamidade em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado MARRECA FILHO

